

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 11 de junho de 2019 às 07h40*  
*Seleção de Notícias*

## Época Negócios - Online | BR

Marco regulatório | Anvisa

<b>Anvisa discute liberação de cultivo de maconha para fins medicinais e de pesquisa . . . . .</b>	<b>3</b>
--	----------

ESTADÃO CONTEÚDO

## G1 - Globo | BR

11 de junho de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

<b>Anvisa vota nesta terça propostas preliminares sobre o cultivo de maconha no Brasil . . . . .</b>	<b>4</b>
--	----------

BEM-ESTAR

## Portal Imprensa | BR

Marco regulatório | Anvisa

<b>ETCO lança campanha para destacar alerta da Anvisa com 90 marcas de cigarros com venda proibida no país . . . . .</b>	<b>6</b>
--	----------

## Teletime News | BR

Patentes

<b>Ericsson fecha acordo e encerra briga judicial com Intellectual Ventures . . . . .</b>	<b>7</b>
---	----------

## Anvisa discute liberação de cultivo de maconha para fins medicinais e de pesquisa



Planta de maconha (Foto: Raúl Martínez/EFE)

O uso de derivados da maconha é mais comum em enfermidades degenerativas como doença de Parkinson e esclerose múltipla até a alguns níveis de autismo e tipos de câncer. Se aprovados os dois pareceres da consultoria técnica da **Anvisa**, as propostas serão levadas à consulta pública. Após essa etapa, os técnicos finalizam um projeto final que terá que ser votado pela diretoria da agência novamente. Ainda não há estimativa quando a norma técnica poderia entrar em vigor.

### ESTADÍO CONTEÚDO

Atualmente, o plantio de cannabis é proibido no Brasil, mas há grupos e associações que conseguiram decisões judiciais para a produção

A **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) discute nesta terça-feira (11/06) no país para . Atualmente, o plantio de cannabis, nome científico da planta, é proibido no Brasil, mas há grupos e associações que conseguiram decisões judiciais para a produção no Brasil.

A diretoria da **Anvisa** discute a possibilidade de levar à consulta pública duas propostas em análise desde 2017. A primeira que cria regras o plantio de cannabis no Brasil para pesquisa e produção de medicamentos. Uma segunda sobre os critérios para registro, monitoramento e comercialização desses produtos.

Atualmente, no país, a agência já autoriza pedidos para importação de óleos e medicamentos à base principalmente de canabidiol, substrato da maconha mais comum na produção de medicamentos. Atualmente, apenas a produção de um medicamento é permitido no país.

# Anvisa vota nesta terça propostas preliminares sobre o cultivo de maconha no Brasil

BEM-ESTAR

Reuters/Ivan Alvarado



Maconha é cultivada em fundação em Santiago, no Chile. Estudo avaliou que canabidiol é eficaz contra forma rara de epilepsia

*Ideias* para liberar o cultivo da Cannabis sativa para fins medicinais e científicos serão avaliadas nesta terça pelos diretores da agência, mas ainda precisarão passar por consulta pública.

A **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) começa a decidir, nesta terça-feira (11), o conteúdo de duas propostas que pretendem regulamentar o cultivo de maconha para fins medicinais e científicos no Brasil. Caso sejam aprovados, ambos os documentos ainda deverão passar por uma consulta pública, incluindo uma audiência pública para debater o tema, ainda sem data marcada.



A primeira proposta é para uma resolução que regulamente os requisitos técnicos e administrativos para o cultivo de Cannabis sativa para fins medicinais e científicos. Já a segunda é uma proposta de resolução para definir procedimentos específicos para registro e monitoramento de medicamentos feitos com base em Cannabis sativa ou seus derivados e análogos sintéticos.

Atualmente, é proibido cultivar a planta de cannabis em território brasileiro. A lei determina que quem produz a cannabis para consumo pessoal está sujeito à prestação de serviços à comunidade e ao comparecimento a programa educativo, sem fazer ressalva ao uso médico.

Mas, nos últimos anos, a **Anvisa** e o Poder Judiciário já deram alguns passos no sentido de liberar o cultivo da planta para fins medicinais e científicos. Veja alguns deles abaixo:



Janeiro de 2015: Retirada do canabidiol da lista de substâncias de uso proscrito, abrindo caminho para facilitar a comercialização de medicamentos com a substância no país;

Continuação: Anvisa vota nesta terça propostas preliminares sobre o cultivo de maconha no Brasil

Março de 2016: Autorização da prescrição de remédios a base de canabidiol e THC no Brasil;

Janeiro de 2017: Registro do primeiro remédio à base de maconha no Brasil, o Mevatyl, droga já aprovada em outros 28 países;

Abril de 2017: A Justiça Federal na Paraíba autorizou uma associação de João Pessoa a cultivar e manipular maconha para fins exclusivamente medicinais;

Maio de 2017: Inclusão da Cannabis sativa na Lista Completa das Denominações Comuns Brasileiras (DCB) sob a categoria de "planta medicinal".

A ideia é que, ao regulamentar o cultivo da planta usada para produzir maconha no país, o custo da produção de medicamentos com base na Cannabis sativa caia, e que se reduza também o número de ações judiciais para compra de remédios não registrados no Brasil.

Pacientes que sofrem de diversas doenças podem ser beneficiados com a mudança nas regras, entre eles os que têm esclerose múltipla, autismo e dores crônicas oncológicas.

As propostas a serem avaliadas nesta terça não preveem a liberação do cultivo nem do consumo de maconha para fins recreativos.

## Maconha: droga ou remédio?

### Entenda os efeitos do uso da maconha no organismo humano

No julgamento desta terça, que terá início às 10h, a Diretoria Colegiada da agência definirá que tipo de regras poderão ser postas em prática para permitir esse cultivo. A reunião também deve decidir sobre como o Brasil deve regulamentar o registro e monitoramento de medicamentos que tenham como base a cannabis medicinal.

Além dos quatro diretores do colegiado, mais de 30 representantes de entidades já estão inscritos para comentar o assunto durante o julgamento.

O teor das propostas também poderá ser alterado durante a discussão e os votos dos diretores, que podem pedir vista e suspender a votação até uma data futura. Uma vez aprovadas, as propostas ainda deverão ser publicadas no "Diário Oficial da União", e entrar em consulta pública sete dias depois disso.

O objetivo inicial da **Anvisa** é que o conteúdo das propostas seja submetido à consulta durante um período de 60 dias. Em seguida, uma nova proposta deverá ser elaborada com base na consulta e, então, submetida à votação definitiva pela Diretoria Colegiada.

## ETCO lança campanha para destacar alerta da Anvisa com 90 marcas de cigarros com venda proibida no país

SÃO PAULO, 10 de junho de 2019 /PRNewswire/ -- Segundo dados do Ibope, 54% de todos os cigarros comercializados no país são ilegais. E cerca de 84% desse volume é vendido em estabelecimentos convencionais, como padarias, bares, mercearias e pequenos mercados - o que vai contra a ideia de que apenas ambulantes oferecem mercadorias contrabandeadas. Para evidenciar aos varejistas quais produtos são ilegais, a **ANVISA** divulgou um alerta sanitário que destaca 90 marcas de cigarros irregulares cuja comercialização é proibida em todo o território nacional, sem registro e que não se submetem aos controles da Agência. Veja no site:

Diante desse cenário e com o objetivo de combater o avanço desse crime, o ETCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial) apoia a iniciativa da **ANVISA** e lança uma campanha de conscientização para a população em geral e também para varejistas e comerciantes sobre os riscos da compra e venda dos cigarros contrabandeados que, além de não seguirem a regulamentação do país, financiam o crime organizado e a violência.

Com duração de dois meses, a campanha vai impactar diretamente cerca de 300 mil varejistas em todo o país, além da população em geral. São folders, anúncios em jornais, redes sociais e portais do ETCO, boletins em rádios de São Paulo e . Os materiais destacam o alerta da **ANVISA** e evidenciam as prin-

cipais marcas irregulares de cigarros: Eight, Gift, , Classic, Fox, entre outras.

"Os cigarros ilegais não seguem nenhuma regulamentação, não possuem registro na **Anvisa** e não pagam impostos, o que significa dizer que hoje mais da metade do mercado está fora da lei", diz Edson Vismona, presidente do ETCO. "É muito importante que consumidor e varejista também façam a sua parte denunciando essas marcas à **ANVISA** no número 0800 642 9782 ou pela Ouvidoria da entidade", relembra.

A campanha ainda reforça que as punições que os donos dos estabelecimentos que comercializam cigarros de forma irregular podem ir de uma multa de até milhão, apreensão dos produtos, interdição do estabelecimento e detenção de 1 a 3 anos por conta de crime contra a saúde pública (previsto no Código Penal).

Em caso de denúncias, o consumidor pode procurar a **ANVISA** no número 0800 642 9782 ou pela Ouvidoria da **Anvisa** no seguinte link:

()

(11) 3165-9596

FONTE ETCO

## Ericsson fecha acordo e encerra briga judicial com Intellectual Ventures

Em comunicado enviado ao mercado na manhã desta segunda-feira, 10, a Ericsson revelou a assinatura de um acordo de licenciamento com a Intellectual Ventures que encerra todos os processos de **violação** de patentes existentes entre as duas empresas. Os termos combinados foram mantidos em sigilo, mas devem gerar um impacto negativo no resultado operacional do segmento de redes da Ericsson no segundo trimestre de 2019.

Atuando na criação, incubação e comercialização de patentes, a Intellectual Ventures mantinha uma série de ações judiciais contra a Ericsson desde 2012, em que alegava danos monetários por **violação** de patentes por parte da fornecedora e de clientes dela nos Estados Unidos e na Europa. Entre os litígios agora resolvidos está um processo julgado no início do ano e que resultou em veredicto negativo em US\$ 43 milhões para a Ericsson e a norte-americana T-Mobile.

## Índice remissivo de assuntos

**Marco regulatório | Anvisa**  
3, 4, 6

**Patentes**  
7